

Introdução

A presente dissertação visa investigar o processo de marginalização da literatura de ficção científica brasileira, uma produção minimamente divulgada, pouco lida e muito menos pesquisada. Considera-se ficção científica não apenas as obras que se apresentem explicitamente como tal, mas todas aquelas estruturadas de acordo com suas convenções básicas. Veremos adiante que obras do gênero vêm sendo escritas no Brasil de meados do século XIX até hoje. Diante do número inalienável de volumes, como compreender a cortina de silêncio que encobre esta produção? A chave principal na realização desta tarefa é a análise dos discursos críticos construídos em torno do gênero, o qual já foi assunto de polêmica, especialmente ao longo das décadas de 1960 e 1970. A análise dos valores e pressupostos que embasam estas críticas revela que a ficção científica problematiza alguns consensos construídos a respeito da ‘Cultura’ e da ‘Literatura’ brasileiras, e que este é um dos principais motivos para a não-assimilação do gênero pelo cânone nacional.

A invisibilidade geral desta produção explica e reforça a quase inexistência de pesquisas que enfoquem a ficção científica brasileira. Não por acaso os principais pesquisadores da ficção científica no Brasil, Braulio Tavares e Roberto de Souza Causo, são escritores do gênero. Tavares, além do sintético *O que é Ficção Científica*, da Coleção Primeiros Passos, coordenou uma ampla pesquisa para a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, para o *Fantastic, Fantasy and Fiction Literature Catalog*, cujo objetivo era divulgar estes gêneros no mercado estrangeiro. Juntamente com o colecionador Roberto Nascimento, Causo participou do grupo de pesquisa que resultou neste catálogo, e publicou sua Pesquisa de Iniciação Científica, realizada na USP, *Ficção Científica, Fantasia e Horror no Brasil – 1875 a 1950*. Há também pequenos capítulos ou artigos sobre as expressões do gênero no Brasil, publicados aqui e acolá em coletâneas críticas ou introduções à história da produção estrangeira.

A força motriz na tentativa de sistematização da história do gênero tem sido a ativa comunidade de fãs, autores e pesquisadores (muitos deles fora da academia), o que é exemplificado pelos artigos publicados em 1993 no *D.O. Leitura*, órgão da Imprensa de São Paulo, num número totalmente dedicado à ficção científica produzida no país. Além de Causo e do próprio Tavares, estão presentes Leo Godoy Otero, Gerson Lodi-Ribeiro, Ivan Carlos Regina, entre outros.

Também é preciso destacar o papel dos colecionadores. Como lembra Clive Bloom em *Cult Fiction*, a audiência determina a vida da literatura *pulp* - especialmente ao colecionar seu efêmero material, o qual, por não ser considerado ‘artístico’, é facilmente descartado após uma primeira leitura. O nome de Roberto Nascimento merece destaque nesta categoria. Seu escritório no Centro de São Paulo guarda uma das maiores coleções de ficção científica em língua portuguesa. Foi com base neste material que Nascimento publicou, em 1985, o catálogo *A Coleção Argonauta*, sobre esta que foi uma das mais importantes coleções de ficção científica em português. Tal atividade de edição e catalogação também é exercida, em Porto Alegre, por Ruby Felismino Medeiros. Lodi-Ribeiro, por sua vez, é dono de uma biblioteca bem cuidada que, se ainda não rivaliza em tamanho com a de Nascimento, certamente lhe está à altura nos quesitos organização e acesso. O estudo que se segue sobre a ficção científica brasileira, especialmente a compilação presente no capítulo histórico, não seria possível na forma atual sem o trabalho e a ajuda destas pessoas.

As academias norte-americana, inglesa e canadense têm sido a ponta de lança dos estudos de ficção científica, seguidos pelo Japão. Os primeiros livros teóricos foram lançados ainda na década de 1940, como *Pilgrims through Space and Time* (1947), de J.O. Bailey, e *Voyages to the Moon* (1949), de Marjorie Hope Nicholson, e se concentravam nas origens eruditas do gênero. Conforme indica Edward James no artigo “Before the Novum”, que trata dos primórdios críticos do gênero na América do Norte, após meados de 1950 houve a primeira virada teórica deste campo de estudos, com uma abordagem da ficção científica no âmbito da literatura popular, em obras como *In Search of Wonder* (1956), de Damon Knight; *The Science Fiction Novel* (1959), uma coleção de ensaios de escritores do gênero editada por Basil Davenport; *New Maps of Hell* (1960), de

Kingsley Amis; *Explorers of the Infinite* (1963), de Sam Moskowitz; e *The issue at Hand* (1964), de William Atheling.

Mas o *corpus* teórico em torno da ficção científica começou a tomar forma quando Darko Suvin, considerado o pai destes estudos, deixou a antiga Iugoslávia em 1967, primeiro para os EUA e um ano depois para a McGill University, no Canadá, onde publicou *Metamorphoses of Science Fiction*. As idéias propostas por Suvin, o ‘estranhamento cognitivo’ como a principal estratégia narrativa do gênero, e a centralidade do ‘*novum*’, elemento extraordinário que impulsionaria a ação, forneceram a base do pensamento acadêmico a respeito destas obras. A partir daí desenvolveu-se uma fortuna crítica cuja falta de consenso reflete a presença neste campo de diferentes disciplinas e comunidades, com valores, interesses e prioridades distintos. Encontramos no debate teóricos de renome, como Fredric Jameson. Estudiosos como Clive Bloom, Carl Freedman e Patrick Parrinder, entre outros, têm dado uma contribuição inestimável ao desenvolvimento da teoria crítica da ficção científica, publicando e organizando volumes importantes. A *Science Fiction Research Association*, atualmente presidida por Peter Brigg, congrega boa parte dos acadêmicos dedicados ao assunto.

As obras seminais, assim como a extrema maioria da biblioteca essencial para o estudo do gênero, não estão disponíveis no Brasil. Pude ter um amplo acesso a este material por conta de um intercâmbio de pesquisa entre o Departamento de Letras da PUC-Rio e o Portuguese and Brazilian Studies Department da Brown University, em Providence, Rhode Island, que me permitiu passar cinco meses estudando na Rockefeller Library, uma das bibliotecas acadêmicas mais completas do mundo – inclusive em literatura brasileira. A pujança norte-americana não está apenas na acumulação de volumes, mas na amplitude e velocidade da pesquisa. Logo em 1976 a ficção científica brasileira foi tema de uma pesquisa acadêmica patrocinada pelos EUA, quando David Lincoln Dunbar doutorou-se pela Arizona State University com sua tese *Unique motifs in Brazilian Science Fiction*, na qual abordou a produção da década de 1960. Mais recentemente, desde meados da década de 1990, a professora Mary Elizabeth Ginway, da Florida State University, tem se dedicado à análise de obras do gênero produzidas no Brasil. Um trabalho que pode ser conferido nos artigos publicados em periódicos acadêmicos como *Extrapolation*, e, em suas linhas

gerais, no livro *Brazilian Science Fiction - Cultural Myths and Nationhood in the Land of the Future*.

A canonização, no Brasil, de textos de tendências eruditas e ‘populares’ tem propósitos políticos claros: a construção do cânone obedece a processos institucionais firmemente ancorados na dinâmica social. Contudo, a busca por equidade social no âmbito da cultura não passa por liberar a porteira do cânone, franqueando seu espaço de privilégio, elitista, para todas as obras e artistas. A economia do espaço canônico só tem sentido e funciona (para o bem e para o mal) através de dispositivos de organização e hierarquia baseados na exclusão. Inchar este espaço, deixar ninguém de fora, o transformará em todo o lugar, e em lugar nenhum – sobriariam as ruínas do salão. Harold Bloom aponta para

o atual debate entre os defensores direitistas do Cânone, que desejam preservá-lo por seus supostos (e inexistentes) valores morais, e a rede acadêmico-jornalista (...), que deseja derrubar o Cânone para promover seus supostos (e inexistentes) programas de transformação social.¹

Embora utilize uma reverente caixa alta ao grafar o conceito, Bloom não pretende defender o cânone por seus valores morais, mas pelos estéticos – como se o signo pudesse efetivamente se dissociar em significante e significado independentes. Entretanto, sua observação quanto à ideologia contida na idéia de destruição do cânone merece alguma reflexão. O radicalismo guarda uma compreensão dramática, quase messiânica, da História, enquanto o discurso acadêmico exige uma abordagem mais oblíqua. Não é preciso destruir a referência ao paradigma canônico para transcender o enquadramento analítico elitista. Embora a mitificação do cânone potencialize os pontos cegos do preconceito estético, a inclusão de obras neste status resta como um dado analítico bastante operacionalizável numa análise positiva. Como expressa Eneida Maria de Souza, em *Crítica Cult*, a tradição funciona como lugar de reserva utópica conservadora, e desta forma torna-se preciso substituir seu reconhecimento como modelo por sua compreensão como força. Na melhor perspectiva dos estudos culturais, o cânone se torna um testemunho histórico da representatividade política de determinados discursos – relação intrínseca entre forma textual e conteúdo ideológico. Mas não

¹ BLOOM, 2001, p. 13.

deixemos, como sugeriu H. Bloom, que apenas ele seja identificado à ‘Arte da Memória’².

Em certa medida, o discurso histórico tradicional, inclusive aquele da História da Literatura, reflete a emergência e hegemonia da narrativa realista a partir do Renascimento europeu; assim como sua desconstrução em meados do século XX. Esta História se estruturou através dos mecanismos de tal realismo, o qual tornou-se tão anacrônico, ou simplista, quanto a maior parte de suas expressões ficcionais no âmbito romanesco. A limitação e a arbitrariedade da narrativa histórica tradicional ficam mais claras quando seu objeto é a literatura. A descrição esquemática e perfeitamente sincrônica das escolas canônicas, cuja linha do tempo e traçado assemelham-se ao de um tronco, ou de uma poderosa via romana, enquanto permitem a visualização dos galhos ou vias contíguas, paradoxalmente termina por ressaltar o eficaz apagamento/esquecimento de tendências laterais. Torna-se preciso explicitar a relatividade da escrita histórica, a precariedade desta obra que nossa civilização erigiu, com bastante interesse, em honra à sua própria memória.

No presente trabalho, essa questão tem posição importante. À primeira vista, a ficção científica brasileira seria uma destas pequenas rotas apagadas. Contudo, tal compreensão se baseia na crença da ‘verdade’ histórica, enfim, em seu realismo. É preciso explicitar que não houve uma história da produção do gênero no Brasil sem que os acadêmicos houvessem notado, pois não há história literária como a conhecemos, fora da criação acadêmica. Ao contrário da literatura policial, que movimentou um debate em torno de suas propostas literárias, abriu entrada no cânone nacional e estabeleceu-se como tradição, a ficção científica no Brasil continuou obscura. Embora haja textos disponíveis, eles não são visíveis como parte de um todo sujeito a convenções semelhantes. A ficção científica brasileira amiúde é classificada na prateleira geral do fantástico, sem que surja necessidade especial de se ressaltar qualquer outra identidade genérica – mas ao mesmo tempo sem ser considerada ‘Literatura Brasileira’. Embora haja textos que possam ser reunidos numa possível história da produção do gênero no país, em termos de circulação discursiva no contexto mais amplo, institucional ou não, da tradição literária nacional, a ficção científica brasileira simplesmente não

² Ibid., p. 25.

existe. O que se relativiza aqui é menos a materialidade das obras e seus escritores, óbvia, e mais a credulidade na procedência desta imagem de linha do tempo, ou árvore genealógica da literatura. Da mesma forma, como aponta Eneida Maria de Souza: “A utilização de metáforas orgânicas – árvore, galho, arbusto – para a explicação de nossa dependência cultural, obedece à razão crítica iluminista, que defende a ordem causalista e cronológica das influências”.³ Os modelos esquemáticos dos livros de história são na verdade mapas de poder político cultural; o chamado ‘revisãoismo histórico’ é uma tentativa de atualização destas últimas instâncias. No quadro geral, a escrita de uma história da ficção científica brasileira não poderia ser exceção, é uma tentativa aberta de revisãoismo histórico. Neste sentido, a presente dissertação visa examinar e propor uma organização conceitual para a abordagem da literatura de ficção científica no Brasil considerando-a a partir das idéias de assimetria e tensão características de qualquer estrutura discursiva. Trata-se de investigar sob as aparências de equilíbrio e simetria, tão próprias dos discursos de forte tendência ideológica. Em seu *Ensaio sobre a Crítica*, Alexandre Pope aconselha ao crítico que não perca de vista o ponto onde encontram o senso e a estupidez. Mas, como aponta Muniz Sodré, nenhuma ideologia revela a si própria, pois sua função prioritária é ocultar – e eis que os limites interpretativos deste trabalho vão de encontro às mesmas razões que motivaram a escolha de determinado percurso teórico.

As perspectivas contemporâneas na área dos estudos de literatura, com a relativização do cânone e a abertura interdisciplinar, potencializam a análise de temas como a ficção científica. Primeiro, ao propiciar uma abordagem positiva das narrativas classificadas sob gêneros específicos; segundo, ao gerar interesse numa contextualização sociocultural o qual integra o enfoque comunicacional da literatura de massa. Eneida indica os limites desta perspectiva:

Se antes a teoria de base estruturalista ‘universalizava’ o enfoque crítico, por uma abordagem indiferenciada dos discursos quanto às diversidades contextuais e às especificidades de cada um, o que atualmente se condena nesta prática é a dose excessiva de contextualização.⁴

³ SOUZA, 2002, p. 50.

⁴ Ibid., p. 21.

A análise textual preponderante no contexto anterior dos estudos literários talvez se torne ainda mais desafiante diante deste novo quadro acadêmico, pois precisará de articulações poderosas para gerar impacto num ambiente voltado para a conexão de grandes grupos de idéias interdisciplinares. Alguns textos angulares da ficção científica brasileira, com sua multiplicidade de referências lingüísticas, estilísticas e ideológicas, representam um prolífico material para os estudiosos dedicados a analisá-lo. Uma tendência organizadora me impede de seguir por este caminho enquanto não for delineado outro que se me apresenta anterior: um panorama sintético tanto da produção brasileira quanto da crítica nacional dedicada ao gênero, num mapeamento das questões culturais levantadas por estas diferentes vozes. O presente trabalho, pois, visa lançar uma luz (que seja lacunar feito a de um fósforo, como sugeriu Flora Sussekind) sobre estes pontos.

O capítulo *Breve História dos Confins* começará delineando um panorama sintético da ficção científica produzida por autores nacionais. O primeiro registro é um folhetim cuja publicação iniciou em 1872, e o texto segue apontando obras lançadas até 2004. Para escrever este capítulo foi necessário enfrentar uma questão que já atormentou tanto leitores quanto acadêmicos: que obras (des)abrigar na categoria da ficção científica? Os parênteses se explicam através da carga negativa usualmente amarrada a esta filiação. Contudo, e afinal, quais as convenções e características constitutivas do gênero?

As concepções seguem a variedade dos interessados no assunto, mas encontram-se vertentes principais. Muitos críticos apontam para as origens ‘nobres’ da ficção científica, cujas convenções proviriam de fontes como a literatura utópica exemplificada por Thomas More e Johnatan Swift; dos *scientific romances* ingleses, com Mary Shelley e H.G. Wells; do romantismo de Charles Baudelaire e Arthur Rimbaud; das *voyages extraordinaires*, também francesas, da qual o principal expoente foi Julio Verne; e mesmo de certa literatura gótica norte-americana, na qual se destaca Edgar Allan Poe e o menos canônico, mais não menos relevante, H.P. Lovecraft. Como o fenômeno da especificação dos gêneros literários só aconteceu no início do século XX, foi sob a chancela da literatura maior que, até então, os leitores brasileiros entraram em contato com estas obras. Todas as vertentes supracitadas contribuíram com elementos para o estabelecimento da ficção científica como gênero, que enfim delineou-se como o conhecemos no âmbito da cultura de massa norte-americana – e a partir daí foi

disseminado mundialmente pela indústria cultural deste país. De fato, em 1926, Hugo Gernsback, editor da revista de *pulp fiction* norte-americana *Amazing Stories*, criou o nome pelo qual este gênero foi devidamente etiquetado e difundido (em inglês, *scientifiction*, que derivou em *science fiction*). Este foi um evento crucial para o estabelecimento das convenções de uma expressão literária que, como vimos, já circulava há bem mais tempo pela cena mundial dos textos – participando desta, como de resto as demais expressões culturais, com maior ou menor complexidade.

É ponto passivo que esta primeira definição do gênero estava ligada à sua articulação com a idéia de progresso científico. Esta relação, fixada através da nomenclatura, deu, no entanto, origem à notória polêmica. Questionava-se até que ponto uma narrativa ficcional deveria ou poderia agregar elementos e procedimentos de construção pertencentes ao domínio da ciência, atingindo um condicionamento substantivo da ‘ficção’ por sua adjetivação ‘científica’. Ainda hoje, buscando marcar a especificidade do gênero, certas correntes preferem restringir-lhe as fronteiras, propondo que estas englobem apenas as narrativas que investem pesadamente na especulação de universos altamente tecnológicos, através da descrição de aparatos científicos. Temos neste o estilo *hard*, ou ‘pesado’, de acordo com a categorização crítica norte-americana, estilo estabelecido em oposição à ficção científica *soft*, ou ‘leve’.

A ficção científica *soft* remete às ciências humanas, como a sociologia, a antropologia, a história e a psicanálise, e funciona numa expansão de interesses que dilui o conceito de ciência ligada à instrumentalização tecnológica, tendendo a valorizar a *postura* científica, na investigação de disposições sociais alternativas. Suas narrativas especulam em torno de temas humanistas como a morte, o sexo, o encontro com o *outro*, etc – assuntos comuns à tradição canônica da literatura ocidental. Até mesmo o cientista e escritor de ficção científica *hard* norte-americano Robert Heilein chegou a propor o termo ‘ficção especulativa’ (*speculative fiction*) para substituir ‘ficção científica’, numa tentativa de desvincular o gênero das cobranças tecnófilas provenientes de seu nome.

Tais cobranças tornaram-se ainda mais caducas em 1964, quando Michael Moorcock tornou-se editor da revista inglesa de ficção científica *New Worlds*, mudando seu foco editorial e fomentando o surgimento da tendência *new wave*. Neste momento, as histórias passaram a extrapolar sistematicamente a temática do

controle e da artificialidade dos processos e elementos do cotidiano. Nas palavras de Tavares, houve “uma postura reflexiva, auto-consciente; ao mesmo tempo, a aproximação com o mundo acadêmico e com algumas vanguardas e movimentos culturais contemporâneos”.⁵ As obras publicadas ali incorporaram o questionamento da contracultura, e se dedicaram a temas então considerados tabus, como política, violência, sexo, drogas e *rock-and-roll*. A gênero desdobrou-se em vários subgêneros, transcendeu a mera mimese científica e explicitou sua natureza especulativa ou de extrapolação.

A ficção científica certamente surgiu numa época em que a mentalidade lugar comum entrega à ciência e à tecnologia a responsabilidade de resolver todos os mal-estares da atualidade – o que alimenta o difundido imaginário no qual a ciência protagoniza o futuro da humanidade. Mas, como ressalta Tavares, “Na ficção científica a ciência é personagem, e não co-autora”.⁶ Em seu artigo “From the Images of Science to Science Fiction”, Gerard Klein nos presenteia com a idéia de que o gênero, ao invés de constituir-se uma continuação conceitual da atividade científica, procederia diretamente das imagens (*eikons*) e representações (*eidons*) que, de fato, são refugio de boa parte da pesquisa científica, sem proveito imediato para a maioria dos cientistas, muito mais interessados no desenvolvimento da teoria. Uma vez divulgadas, estas imagens e representações se popularizam rapidamente, tornando-se posse pública e fermentando o imaginário social. O resultado desta integração pode ser bem distante da observação científica inicial, fundindo-se com mitos, ideologias, religiões e demais conceitos filosóficos preexistentes. Até mesmo os descompassos da pesquisa científica teriam seu lugar neste corpo simbólico – pois aí, o valor de cada elemento estaria condicionado somente à sua eficácia expressiva, à sua utilidade como adubo dos sonhos civilizatórios.

A idéia de Klein resolve, no plano da análise literária, os questionamentos quanto à ‘ilegitimidade’ ou ‘impropriedade’ das anexações do discurso científico por parte da ficção científica. Afinal, o discurso literário não pode ser falso ou verdadeiro a não ser em relação a suas próprias premissas ficcionais. Mas a transposição retórica da função discursiva da ciência para o âmbito da ficção científica faz sentido na medida em que o deslocamento vai de

⁵ TAVARES, 1986, p. 81.

⁶ TAVARES, [1991], p.11.

encontro a diversas estratégias político-culturais. Finalmente, o autor define as obras de ficção científica como aquelas as quais não poderiam funcionar diegeticamente, caso fossem-lhe retirados os traços dos *eikons* e *eidons* científicos.

Algumas características da ficção científica são explicitadas quando comparamos o gênero com o realismo mágico. Neste último, o universo construído pela narrativa liberta-se das amarras causais e o limite do possível literalmente se desfaz em nome do efeito maravilhoso, surrealista – operado igualmente para fins alegóricos ou de *non sense*. No realismo mágico presentifica-se a tensão entre o mundo ‘orgânico’ do folclore e o planejado, da civilização capitalista, e o ponto de fuga deste conflito se dá na tradição do inescrutável – os desígnios do destino, superpostos à lógica da narrativa, não devem ser capturados pela faminta e colonizadora compreensão do leitor. Desta forma, o realismo mágico reforça seu status cultural através da força da tradição folclórica. Um poder tão relevante nas esferas da (alta) cultura quanto acessório em relação ao sistema industrial da comunicação cosmopolita.

Nas convenções da ficção científica, ao contrário, tudo se deve à causalidade: o que parece extraordinário provém da surpresa diante de extrapolações lógicas tão mais subversivas quanto melhor lograrem atingir seu absurdo imaginativo através da concatenação racional. Em outras palavras, o ‘sentido do maravilhamento’, ou *sense of wonder*, que muitos leitores e teóricos do gênero já apontaram como seu principal efeito narrativo, provém da perfeita inserção de cada ‘maravilha’ narrada (ou ‘*novum*’, no vocabulário de Suvin) na economia da diegese. A história não se constitui numa alegoria imaginativa do lugar comum imutável, como no realismo mágico, mas na imaginação intrinsecamente coerente de configurações alternativas a este próprio lugar comum. Desta forma, a ficção científica não trata diretamente da tradição folclórica, mas versa a respeito das concepções presentes da estrutura social, seja para reforçar ou questionar seus mitos. Especula-se sobre o desenvolvimento encadeado de situações e estruturas a partir do conhecimento e mentalidade atuais à produção da narrativa – mesmo que para retorcê-los.

As convenções da ficção científica podem integrar características mais *fantásticas*, no sentido de extravagantes, desde que a narrativa explicita os elementos diferenciais em relação à História, à civilização e ao lugar comum

como os reconhecemos, parâmetros basais para a conceitualização da normalidade. Aí está mais uma convergência com o discurso científico: a necessidade de explicitar as próprias experimentações, o que afasta o gênero das experiências surrealistas. Em resumo, o conceito básico da ficção científica é a suposição da existência de um conjunto de regras por trás de toda a aparência fantástica, um universo ‘positivo’, passível de ser conhecido através dos esforços cognitivos organizados socialmente através da ciência. Por conta disso é que a legitimidade da produção de ficção científica relaciona-se, em primeira mão, à autoridade da potência da vez e muito mais intrinsecamente ao sistema cultural industrial a que nos referimos acima.

Pensemos no quanto está comprometida, nos dias de hoje, a verossimilhança da ficção científica russa, em comparação ao status mundial desta produção nos tempos de glória soviéticos, cujas utopias e distopias eram igualmente balizadas pela ideologia e demonstrações de força do totalitarismo stalinista. O efeito do gênero acompanha firmemente seu contexto político e geopolítico. Nenhuma gratuidade no fato de que os berços da ficção científica terem sido as metrópoles mais ricas e tecnologicamente desenvolvidas da segunda metade do século XIX: Inglaterra, França e EUA.

Estas reflexões fundamentaram a avaliação das obras que fariam parte da tradição brasileira no gênero e, portanto, constariam do panorama histórico articulado no primeiro capítulo deste trabalho. Em minha versão estão presentes desde novelas utópicas, como *O Reino de Kiato: no País da Verdade*, de Rodolfo Teophilo, onde as descobertas da medicina traçam a evolução da humanidade, até *Conto Alexandrino*, de Machado de Assis, cujos protagonistas são cientistas, e a ação principal envolve uma pesquisa científica. Por outro lado, a ficção científica originalmente lançada para o público infanto-juvenil de maneira geral não estará presente. A ausência se explica pelo status paraliterário dos textos direcionados para crianças e adolescentes, uma questão complexa que merece um projeto próprio. Certamente muito mais obras serão ‘descobertas’ e analisadas com a continuidade da pesquisa sobre o tema; este breve panorama historiográfico, entretanto, servirá ao objetivo de mapear o quadro geral da produção, apresentando uma compilação das pesquisas atualmente disponíveis, as quais se dedicam a cortes mais verticais ou simplesmente não se propõem a cobrir toda a linha do tempo até a atualidade.

No capítulo seguinte, *A Literatura do Futuro – Na Periferia*, analisaremos (ilustrando com alguns textos sintomáticos) os paradigmas críticos que referenciaram a apreciação da literatura de ficção científica brasileira. Teremos aí uma amostragem dos discursos, constituídos pela *intelligentzia* nacional, os quais, paulatinamente, construíram um lugar-comum crítico que condicionou a compreensão do gênero e terminou por marginalizá-lo. O silêncio perante as obras também será considerado em seu potencial discursivo. Buscaremos entender a construção histórica do não-lugar da ficção científica no contexto literário brasileiro da atualidade e, além, investigar o posicionamento do *fandom*, ou grupo de leitores e autores engajados na apreciação do gênero, frente a este quadro geral. A comparação destes discursos, suas marcas e promessas, com a trajetória conhecida do gênero no país nos revelará a topografia *sui generis* do debate em torno da ficção científica em meio à terra e às idéias brasileiras.

Finalmente, na conclusão deste trabalho faremos um balanço das implicações políticas contidas na exclusão do gênero. Ou seja, a posição do gênero na dinâmica de poder e legitimidade cultural – a qual jamais deixará de lado sua firme inscrição no jogo de relações sociais. O objetivo do capítulo é demonstrar como a produção de ficção científica brasileira não deixa de ser uma disputa, legitimada pela ideologia democrática, por uma fatia de poder simbólico, ou seja, cultural.

Por fim, no presente trabalho, a ficção científica posiciona-se como um objeto privilegiado para a análise de certos processos de formação e canonização da tradição cultural brasileira, além da relação desta cultura com os cenários social, econômico, político e mesmo geopolítico. A fertilidade desta perspectiva é justamente o ponto de atração para a crítica estrangeira, como testemunha Ginway: “Este gênero pode servir como um meio ideal para estudar a resposta do Brasil à tecnologia e modernização por um período de muitas décadas. Dado que o gênero ficção científica, como a própria tecnologia, é algo importado no Brasil, ela serve como um valioso barômetro da reação cultural às mudanças dramáticas que o Brasil experimentou quando evoluiu da quinquagésima para a décima maior economia do mundo entre 1960 e 2000”⁷. A análise da ficção científica brasileira explicita o tratamento, no âmbito da cultura, de questões fundamentais como a

⁷ NEVES, 2003, p. 17.

hegemonia tecnológica estrangeira, a legitimidade de nossas visões de futuro e o vislumbre dos ‘pontos de fuga’ simbólicos característicos ao nosso entre-lugar pós-colonial.

A relevância desta problemática nos incita a reconsiderar o status das obras do gênero, cujo sentido foi debilmente explorado, resultando numa desafortunada obliteração de suas potencialidades discursivas. A análise da ficção científica nacional, em sua tensão com o cânone, põe em cheque alguns pressupostos culturais elitistas, os quais, no Brasil, somente contribuem para a subalternidade cultural.